

Mobilidade de migrantes: Autonomia ou subordinação na Amazônia legal?

John M. Sydenstricker*
Haroldo G. Torres**

A categoria estratégia de sobrevivência nem sempre é suficiente para definir o comportamento migratório de um grupo doméstico formado por agricultores e, muito menos, o de uma classe social.

Introdução

Os estudos relacionados ao tema migração para a fronteira e, em particular, migração para a Amazônia, vêm se avolumando na última década, em contraste com o relativo esvaziamento do debate mais geral sobre movimentos migratórios no Brasil, tanto em sua vertente teórica quanto empírica.

Num recente levantamento bibliográfico, foram listadas 2.500 referências direta ou indiretamente relacionadas à migração para a Amazônia, o que atesta o vigor desta produção e o interesse em torno do tema (Sawyer, 1989). Talvez isto reflita a relativa importância que a dinâmica migratória com destino à Amazônia e particularmente com destino rural, assumiu no debate sobre os problemas ambientais da região.

No entanto, esta extensa bibliografia apresenta diversas lacunas. Por exemplo, se há por um lado uma ênfase nos movimentos de longa distância, observa-se por outro a quase ausência de um debate mais sistemático em torno dos chamados movimentos pendulares, das migrações temporárias ou simplesmente da **mobilidade** (1).

Vale observar que a relação entre as formas de mobilidade e os diversos tipos de atividades econômicas desenvolvidas, particularmente através da contribuição da mobilidade para a articulação entre duas ou mais atividades, também condiciona a intensidade da atividade produtiva, sua organização espacial e seu impacto ambiental.

Em outras palavras, existe um longo caminho a ser percorrido para que se compreenda de maneira mais siste-

* Pesquisador do Núcleo de Estudos de População (NEPO/Unicamp), Campinas-SP.

** Pesquisador do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), Brasília-DF.

mática as dinâmicas sócio-ambientais e demográfico-ambientais do processo de ocupação da Amazônia.

É no contexto destas lacunas que este trabalho se inscreve. Procuramos aqui compreender os padrões de mobilidade de indivíduos recentemente assentados em áreas rurais de Rondônia. São migrantes de longa distância, na maioria procedentes do Centro-sul do país, que adotam diferentes padrões de mobilidade. Estes padrões vão, a longo prazo, condicionar o nível de renda, a qualidade de vida, as formas de organização da atividade produtiva e o grau de degradação decorrente.

No item Metodologia, discutimos a fonte de dados e a metodologia utilizada. Ao lado dos aspectos informativos, destacamos as inovações introduzidas pela metodologia empregada. No item Mobilidade no Contexto da Dinâmica Demográfica, abordamos a mobilidade segundo variáveis demográficas gerais tais como sexo, idade e experiência migratória. Apesar dos níveis relativamente baixos de mobilidade, há diferenciais interessantes e que ganham novo significado quando referidos às particularidades do contexto estudado.

No item Mobilidade e Ocupação das Áreas Rurais, analisamos os padrões de mobilidade à luz dos debates mais recentes sobre o "campesinato" (2) no Brasil e na fronteira. Discutimos a existência, dentro de uma mesma população, de diferentes estratégias ou projetos distintos, configurando uma espécie de interação dinâmica entre autonomia e subordinação. Ao final, elaboramos uma breve conclusão.

Metodologia

Neste item descrevemos de forma sucinta a área pesquisada, a fonte e a natureza do material empírico, bem como o tratamento dos dados e medidas utilizadas.

área de pesquisa

A área pesquisada é o Projeto de Assentamento Machadinho em Rondônia. Machadinho é o maior projeto de colonização implantado em Rondônia na década de oitenta. Localizado na parte Nordeste do estado, ocupa uma região anteriormente pertencente aos municípios de Ariquemes e Jaru. Estradas de terra com aproximadamente 150 km ligam Machadinho destas duas cidades às margens da BR-364. Possui uma área de 5.950 km², dividida em 5.520 lotes com área de 35-40 ha, agrupados em sete glebas. Em 1984 foram entregues as duas primeiras glebas com um total de 1.736 lotes. Em 1985 foi constituído o núcleo urbano principal. Outras duas glebas foram entregues em 1986 e 87. As restantes tiveram a demarcação dos lotes suspensa. Em 1988 a área de colonização passou a integrar o recém-criado município de Machadinho D'Oeste, sendo que as primeiras eleições municipais ocorreram em novembro do mesmo ano.

fonte de dados

Os dados utilizados neste trabalho são da pesquisa *Malária na Fronteira Amazônica: Aspectos Econômicos e Sociais de Transmissão e Controle* (1985-87) realizada em Machadinho. A pesquisa-survey conduzida durante o mês de julho de cada ano, abrangeu os domicílios das glebas 1 e 2 (área rural) e parte do núcleo urbano. O domicílio foi considerado como unidade para a aplicação do questionário, independentemente do número de indivíduos e grau de parentesco de seus membros (3).

Na área rural foram entrevistados em 1985, 86,5% da população residente. Nos levantamentos de 1986 e 87 foram visitados todos os domicílios das glebas 1 e 2. No núcleo urbano principal o levantamento de dados foi feito por amostra aleatória simples abrangendo 25% das residências.

Em 1985 foram aplicados 358 questionários. Em 1986, 717 questionários, sendo 577 na área rural e 140 na urbana. No terceiro levantamento aplicaram-se 835 questionários na área rural e 123 no núcleo urbano, perfazendo 958 domicílios visitados. Os dois autores deste artigo conhecem extensamente a área visitada e os "surveys" realizados, tendo trabalhado em praticamente todas as suas fases: montagem da amostra e do questionário, levantamento de campo e processamento dos dados. Um dos autores (Sydenstricker) residiu por nove meses no núcleo urbano de Machadinho.

Apesar do objeto principal da pesquisa ser a malária, principal endemia na região, os questionários utilizados eram amplos. Além de questões referentes à percepção, transmissão e controle da doença, abrangiam os seguintes temas: estrutura e composição familiar, mobilidade, história migratória, economia doméstica, processo produtivo e condições de vida.

Do ponto de vista metodológico esta pesquisa apresenta diversas inovações. Uma das mais promissoras é a recuperação dos dados de prevalência de malária e mobilidade em nível individual para cada um dos doze meses anteriores às entrevistas. Isto representa um "follow-up" de 36 meses para os grupos domésticos presentes nas três entrevistas.

Tomou-se como referencial para a coleta dos dados, datas significativas (estar ou não doente, fases do ciclo agrícola, feriados e festas locais). A recomposição tanto da mobilidade de curta distância, como dos meses em que cada um dos indivíduos estava doente mostrou-se consistente.

dados e medidas

Neste trabalho utilizamos apenas dados dos levantamentos de 1986 e 1987. Tomamos somente os domicílios

da área rural entrevistados em ambos os anos, representando 444 questionários de 1986 e 470 de 1987. Esta diferença deve-se a desdobramentos de domicílios.

Os dados anuais foram organizados longitudinalmente. As informações concatenadas em nível individual permitiram o acompanhamento da localização de cada membro da família entrevistada por um prazo de 24 meses (julho de 1985 a junho de 1987).

A reunião de dados mensais para um período ininterrupto de 24 meses é relativamente inédita no país. Uma exceção é o trabalho de Goza e Rios Neto no vale do Jequitinhonha (Minas Gerais), onde se recupera a história de vida ano a ano para os maiores de 15 anos (Goza e Rios Neto, 1988). O ineditismo de nossa metodologia é a consideração de deslocamentos inferiores a três meses e a utilização de dois "surveys" em momentos diferentes no tempo, o que reduz significativamente erros de memória. Outra característica é a de não associar, a priori, a mobilidade a qualquer causa específica, como por exemplo o deslocamento para trabalho.

Estes elementos também diferenciam nossa abordagem dos estudos de história de vida de perspectiva antropológica. Apesar destes estudos resgatarem os processos migratórios, a coleta e tratamento do material empírico são de outra natureza e referidos a universos menores e mais estáveis.

A mobilidade (e permanência) da população foi medida através de um indicador denominado *permanência média*, que foi calculado a partir da questão "Onde você passou a maior parte de cada mês desde julho do ano passado" feita a todos os membros do domicílio. A codificação das respostas não permite quantificar a mobilidade interna à área rural de Machadinho (exploração de outro lote, prestação de serviços, empreitadas ou troca de dias). No entanto, baseados na experiência de pesquisa na

Área, podemos afirmar que a permanência no meio rural representa quase sempre trabalho no próprio lote. Exceto momentos específicos como os de derubada, são raros os trabalhos em outros lotes ou a prática do mutirão.

Nas medidas de mobilidade acima descritas controlamos a entrada de pessoas ao longo dos 24 meses. Elegemos como universo os indivíduos que chegaram a Machadinho até o final de julho de 1985 e que estavam presentes em julho de 1986 e julho de 1987. Isso representou um conjunto de 874 pessoas, distribuídas em 206 domicílios em 1986 e 210 em 1987. Com isso excluímos da amostra os indivíduos nascidos após julho de 1985.

A adoção destas restrições permite, por um lado, homogeneizar o conjunto da amostra. Mas por outro, implica em perda de informação sobre os grupos domésticos que mais migram e que apresentam menor probabilidade de estarem presentes na data da entrevista (item Área de Pesquisa). No entanto, a data escolhida para os levantamentos (julho) é de permanência relativamente elevada. É a época da derubada (ver item Ciclo Agrícola), o que tende a reduzir o subregistro advindo das restrições adotadas. Entretanto, se a permanência média dos recém-nascidos (excluídos da amostra) for maior, este sub-registro estará parcialmente compensado.

O indicador de permanência média varia de 0 a 1.0, refletindo o percentual de residentes presentes na área rural de Machadinho em um dado período. O numerador é composto pelos residentes presentes na área rural de Machadinho em determinado período e o denominador é o universo de pessoas pesquisadas. Calculamos a permanência média mensal para o conjunto da população, por faixa etária, sexo e experiência urbana do chefe do domicílio (residência durante mais de um ano em área urbana) antes da migração para Rondônia. As séries obtidas são examinadas no

item Mobilidade no Contexto da Dinâmica Demográfica.

Os resultados de permanência média foram cruzados com variáveis de condição de saúde, estrutura familiar, grau de ocupação do lote e algumas "proxie" de renda. Como indicador das condições de saúde utilizamos a média de malária: número de meses com malária ao longo dos 24 meses. A composição familiar foi medida através do número de pessoas por domicílio. A área desmatada no período 1985-87 e o arroz colhido no ano agrícola 1985/86, foram as variáveis eleitas para estabelecer o grau de ocupação do lote. As "proxies" de renda utilizadas foram: 1) o número de meses de consumo garantidos pelos recursos iniciais trazidos pela família quando da mudança para Machadinho e, 2) o número de bens duráveis presentes no domicílio, segundo uma lista de 15 bens incluindo equipamentos domésticos, meios para transporte e instrumentos de trabalho.

Mobilidade no contexto da dinâmica demográfica

Examinamos neste item a mobilidade ao longo dos 24 meses. Inicialmente tratamos da mobilidade (e permanência) da população total no período como um todo. Em seguida detalhamos a dinâmica dessa mobilidade mês a mês em quatro tópicos. O primeiro refere-se à mobilidade para o conjunto da população e o segundo ao ciclo agrícola e o processo de ocupação de Machadinho. Em seguida discutimos a mobilidade frente à experiência urbana dos chefes de domicílio. Por fim, trabalhamos os dados segundo algumas variáveis demográficas.

aspectos gerais

O período de julho de 1985 a junho de 1987 cobre os dois primeiros ciclos

agrícolas completos. Apesar dos lotes terem sido entregues em 1984, os parceleiros, designação dada em Rondônia ao lavrador assentado pelo INCRA, fizeram neste ano apenas pequenas melhorias.

Tomando o período de 24 meses como um todo, verificamos que a permanência média é elevada. Os que nunca se ausentaram de Machadinho rural atingem 68,4% da população, enquanto os que se ausentaram pelo menos 4,8 meses perfazem 8,1%. No entanto, estes níveis de mobilidade ganham nova dimensão, se considerarmos dois aspectos. Primeiro, que as cidades mais próximas ficam a 150 km e que somente nas áreas vizinhas à BR-364 havia ofertas de trabalho mais freqüentes.

O segundo refere-se à possibilidade de sub-registro. Os indivíduos com maior mobilidade, principalmente parceleiros vivendo sós, apresentam menores chances de serem encontrados. Além disso, o fato de termos tomado apenas os domicílios entrevistados em dois anos consecutivos, reduz a probabilidade de encontrarmos as famílias mais móveis. Portanto, os níveis encontrados representam a mobilidade mínima.

dinâmica da mobilidade

• população total

O universo de pessoas pesquisadas é bastante jovem. Segundo o levantamento de julho de 1986, a idade mediana é de 17,2 anos para a população como um todo. Para o sexo feminino este valor cai para 14,3 anos, enquanto para o masculino a idade mediana corresponde a 19,2 anos. O maior número de pessoas do sexo masculino, já esperado em uma área rural, é significativo. A razão de sexo para o conjunto da população é de 1,18, subindo para 1,38 se considerarmos apenas os maiores de

dez anos. Para o grupo acima dos 50 anos a razão de sexo alcança 1,90.

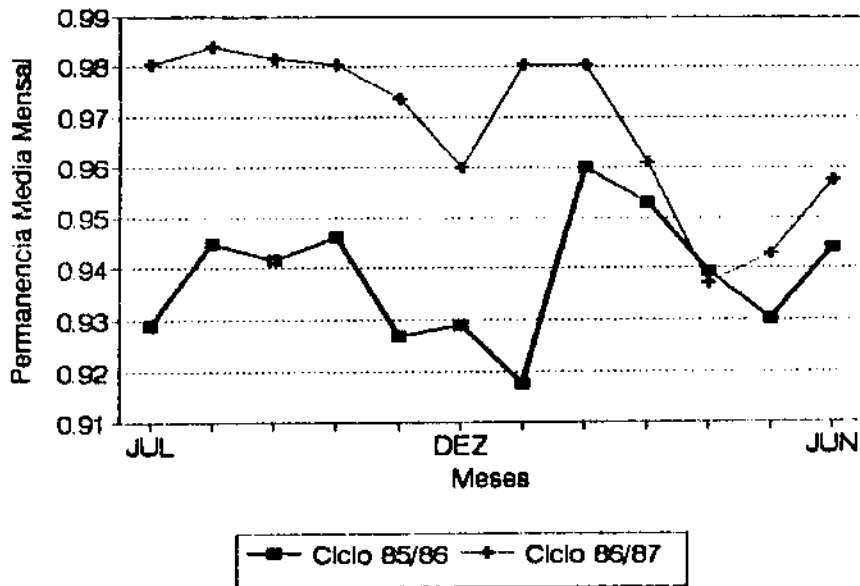
Como dito antes, o domicílio foi tomado como unidade para a aplicação do questionário, independentemente do número de indivíduos e grau de parentesco de seus membros. Os dados referentes à composição dos grupos domésticos demonstram que possuem em média 5,3 membros, sendo moda e mediana iguais a 5,0. A maioria dos domicílios é habitada por famílias nucleares. Chefes, esposas e filhos representam 97,0% dos indivíduos pesquisados.

Em termos gerais, a curva de permanência média da população total é a mesma para os dois ciclos agrícolas (1985/86 e 1986/87) mas em níveis distintos. O Gráfico 1 traz a média de permanência mensal para cada ciclo (julho a junho) (4).

Há uma tendência de crescimento da permanência no lote e a forma serrilhada dos primeiros seis meses (julho a dezembro de 1985) é suavizada ao longo dos demais. O diferencial da permanência média nos dois ciclos agrícolas reflete dois aspectos: 1) as condições em que se deu a ocupação de Machadinho e, 2) a diversidade destes períodos quanto às exigências na abertura do lote.

As glebas 1 e 2 foram ocupadas em grande parte por lavradores já residentes em Rondônia e que aguardavam a distribuição dos lotes desde 1982. Com as constantes postergações na entrega dos lotes, os lavradores selecionados envolveram-se em atividades diversas nas áreas onde residiam. A maioria foi trabalhar na área rural em empreitadas, plantar na parceria ou formar culturas perenes. Assim, ao receberem o lote estas atividades estavam em andamento, exigindo até sua conclusão um deslocamento maior dos parceleiros. Isto reflete em parte o nível comparativamente baixo da permanência em julho de 1985 e as variações nos seis meses seguintes.

Gráfico 1
Ciclo de Permanência
Machadinho Rural - 2 Ciclos Agrícolas



Quanto ao segundo ponto, diversidade dos dois ciclos agrícolas frente às exigências na abertura do lote, encontramos elementos estimuladores desta maior mobilidade. Por um lado, as condições de vida no lote nesta fase inicial (85/86) eram duras e exigiam investimento em todos os campos. Há de se construir uma casa, ter acesso a um curso d'água, garantir abrigo para os animais e guarda de produtos agrícolas, além do desmate para os plantios. Em vista da baixa capitalização dos parceiros, provavelmente muitos se valem das atividades ainda em curso em outros locais, maximizando essa renda.

Por outro lado, como há pouco investimento no lote, as demandas efetivas que requerem a presença do parceleiro não são tantas. É pequena a área plantada, quase não há culturas perenes e as criações restringem-se a poucas galinhas.

Já no ano seguinte (1986/87), o quadro é outro, requerendo um trabalho muito maior. A área desmatada está ampliada, plantios de culturas perenes exigem atenção, viveiros são construídos ou ampliados e já há alguns parceiros com poucas cabeças de gado no lote.

- ciclo agrícola

Como já mencionado, a variação na permanência no lote ao longo dos meses (Gráfico 1), reflete as sazonalidades do ciclo agrícola, a dinâmica das demandas na implementação do lote e das oportunidades ou mesmo necessidades de realização de serviços externos. Detalhando esta dinâmica, reconstruiremos a rotina agrícola anual no lote, referindo-nos em seguida às oportunidades de trabalhos externos.

O clima da região é marcado por altas temperaturas, uma curta estação seca (maio a setembro) e a concentração de precipitação pluviométrica no período de novembro a março.

A preparação do terreno para o plantio ocorre na época das secas. Inicia-se com a roçagem, seguindo-se a derrubada das árvores e posteriormente a secagem por aproximadamente 40 dias. No final de agosto ocorrem as queimadas. Em geral todo o processo de limpeza é executado apenas pelos homens com o auxílio dos filhos acima de 12 anos. Mulheres e crianças só se envolvem esporadicamente.

Roçadas e derrubada são momentos de intenso trabalho. Por um lado, uma derrubada fora de época ou mal queimada representa prejuízo, sendo somente recuperada na próxima seca. Por outro, é o momento quando os parceiros prestam serviços a terceiros obtendo uma renda complementar. Os donos de motosserra maximizam seus ganhos e os parceiros menos capitalizados trocam em proporções variadas, a roçada de mata pela derrubada com motosserra.

Dependendo do grau de capitalização, paralelamente à derrubada é construído o viveiro de mudas de culturas perenes (café e cacau principalmente). Os plantios de arroz e milho iniciam-se com as primeiras chuvas no final de outubro. Realizadas por etapas estendem-se até dezembro. Em novembro, as mudas de café e cacau são plantadas no meio das culturas de milho e arroz já um pouco crescidas.

As colheitas das culturas anuais ocorrem principalmente em fevereiro. Delas participam todos os membros do domicílio. Maximizam o trabalho principalmente com relação ao arroz, aproveitando os poucos dias de estiagem.

Áreas mal queimadas ou não ocupadas com culturas perenes são muitas vezes semeadas com capim. Poderão abrigar gado próprio ou serem arrendadas. Ao mesmo tempo, evitam a consti-

tuição de capoeiras e valorizam a propriedade.

No primeiro ciclo agrícola os meses de março a maio são relativamente mortos em termos de demandas e retorno do lote. Isso é ainda mais marcante para os parceiros sem culturas perenes. O feijão semeado no final das águas, redonda numa colheita muito aquém do necessário ao consumo doméstico. O mês de maio marca o fim do ano agrícola.

O novo ciclo agrícola inicia-se novamente com a derrubada. A atenção se volta primeiro para as áreas mal queimadas do ano anterior. Havendo recursos uma área coberta de mata é derrubada. A limpeza anual de novas áreas é um imperativo em decorrência da baixa fertilidade das terras, principalmente quanto às culturas temporárias.

Os trabalhos externos do parceiro e/ou demais membros do domicílio representam renda monetária. Estes trabalhos surgem predominantemente em duas épocas (dezembro a janeiro e abril a maio), representando os momentos de inflexão no Gráfico 1: ponto mais baixo de um movimento decrescente e a retomada de níveis de permanência mais elevados.

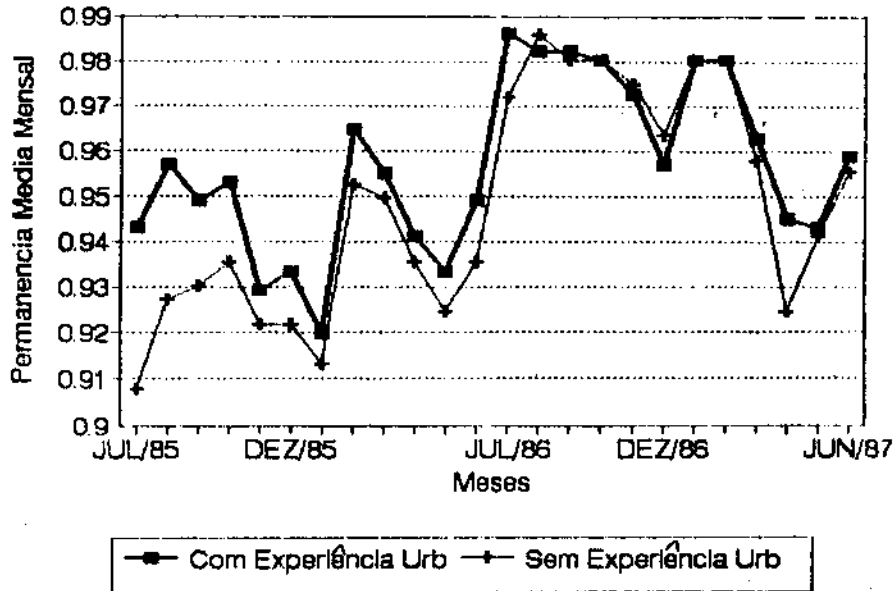
O primeiro período é marcado por chuvas intensas que inviabilizam o trabalho no lote. Ao lado disto, é um momento de extrema penúria para o parceiro só minimizado com as primeiras colheitas (fevereiro). Procuram-se então serviços em fazendas das cidades próximas. Pessoas com alguma instrução e experiência pregressa em áreas urbanas conseguem trabalhos temporários no comércio.

Em termos de trabalhos externos os meses de abril e maio são mais promissores. Na estação seca o movimento nas cidades é grande e a economia como um todo se dinamiza. Na área rural há a colheita do café de meados de abril ao final de maio.

Os parceiros de Machadinho deslocam-se para os municípios de Ariquemes, Jaru e Ouro Preto D'Oeste trabalhando principalmente na colheita do café. Dependendo dos preços de comercialização da safra e devido ao ritmo dos

possuem (5). Somente para os meses de agosto, novembro e dezembro de 1986 seus valores são inferiores aos dos sem experiência urbana. O Gráfico 2 apresenta as curvas de permanência segundo a experiência urbana.

Gráfico 2
Permanência Média Mensal
Machadinho Rural – Experiência Urbana



trabalhos alcançam boa remuneração. Além disto, o trato do cafezal lhes permite selecionar sementes para suas próprias plantações. Em geral eles também têm acesso a uma diversidade de outras mudas de interesse para o lote.

• experiência urbana

Analisando a permanência média segundo a experiência progressiva dos parceiros com residência por mais de um ano em área urbana, notamos que ela é maior para os parceiros que a

A diferença entre as curvas é maior no primeiro ano agrícola e caracteristicamente acentuada nos primeiros seis meses. Isto é indicativo da forma como se deu a ocupação de Machadinho. Aparentemente, os parceiros sem experiência de residência em contextos urbanos selecionados pelo INCRA já moravam em Rondônia. Ao receberem o lote estavam com atividades em curso em outras áreas que foram concluídas somente algum tempo após haverem se mudado para o lote.

A situação é outra para grande parte dos parceiros com experiência urbana, que na maioria das vezes viveram na área

rural pelo menos até a adolescência. Em geral tiveram uma curta estadia em outra área de Rondônia indo em seguida para Machadinho. Vários recém-chegados, informados que lotes estavam sendo distribuídos e que muitos não se achavam efetivamente ocupados, "tomaram posse" destes lotes.

Para estes "ocupantes autorizados" (designação do próprio INCRA) a maior permanência não reflete apenas a mínima ou inexistente relação com outras áreas de Rondônia. Representa também e fundamentalmente, a necessidade da presença física constante no lote como elemento de legitimação e oficialização da condição de parceleiro.

- perfil demográfico

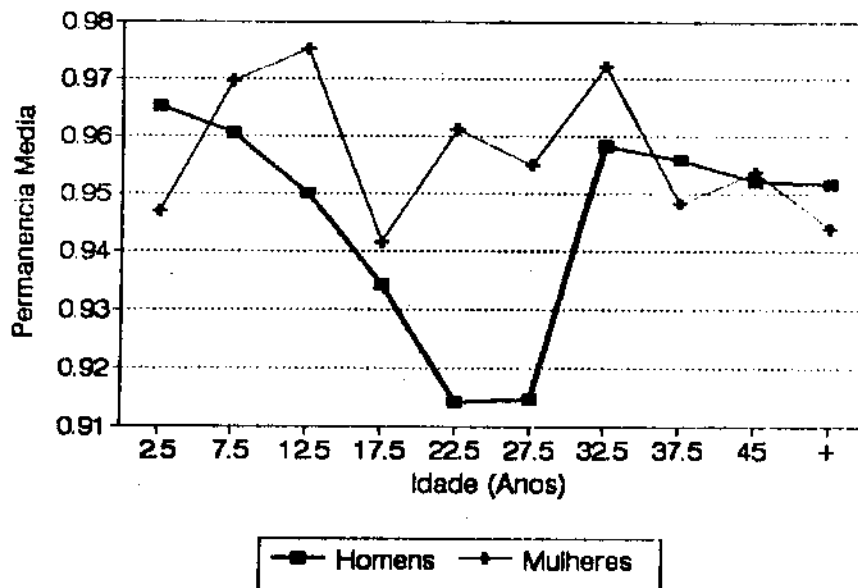
O exame da mobilidade segundo algumas variáveis demográficas não

apresentou diferenciais tão nítidos como os dos cruzamentos anteriormente analisados. Apenas a mobilidade por sexo tem padrões diversos. Os Gráficos 3 a 5 reúnem os dados que fundamentam a exposição que se segue.

A mobilidade (e permanência) para o período como um todo (24 meses) da população dividida por grupo quinquenal segundo o sexo, revela uma curva em forma de U para o sexo masculino (473 casos). Partindo de valores elevados, a permanência decresce até a faixa de 20-24 anos, mantendo-se estável até os 29 anos. No grupo de 30-34 anos há um salto (0,96), seguido de pequeno decréscimo para as demais faixas.

Quanto ao sexo feminino (401 casos) o comportamento é bem distinto, indicando maior permanência na área rural de Machadinho. Exceto em dois pontos (faixas etárias de 35-39 anos e 50 anos e mais), os demais valores

Gráfico 3
Permanência Média - Sexo e Idade
Machadinho Rural - Jul./85 a Jun./87



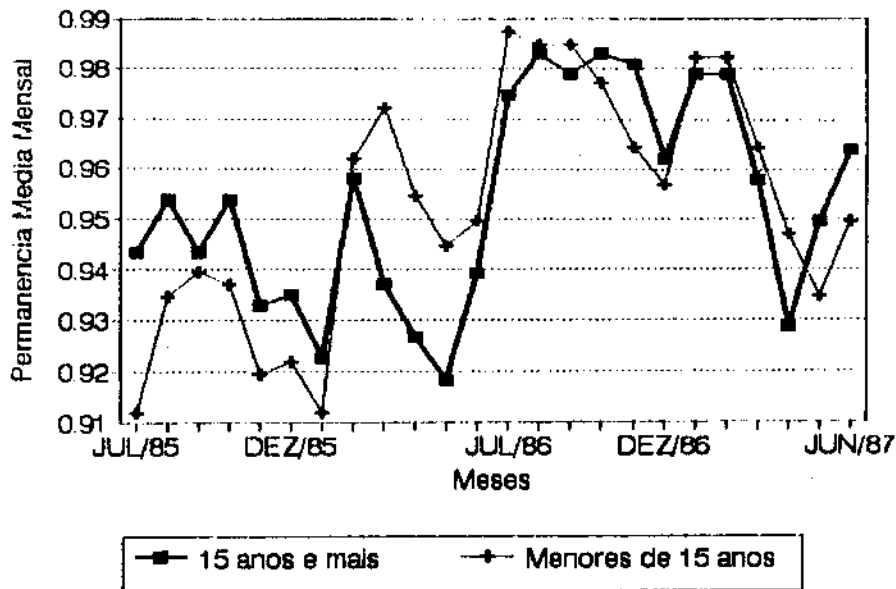
estão acima das médias para o sexo masculino. A forma serrilhada da curva reflete em parte o pequeno número de casos em algumas faixas etárias.

As tendências de declínio da permanência para as mulheres acima de 34 anos e a estabilização dos níveis para os homens do mesmo grupo, caracterizam as

traçado. Há uma mudança de padrão quando comparamos os dois ciclos agrícolas. Os níveis distintos verificados entre os grupos no período 1985/86, tornam-se semelhantes para o período seguinte. Os Gráficos 4 e 5 apresentam estas curvas.

Em linhas gerais, a permanência

Gráfico 4
Permanência Média Mensal
Machadinho Rural – Faixa Etária



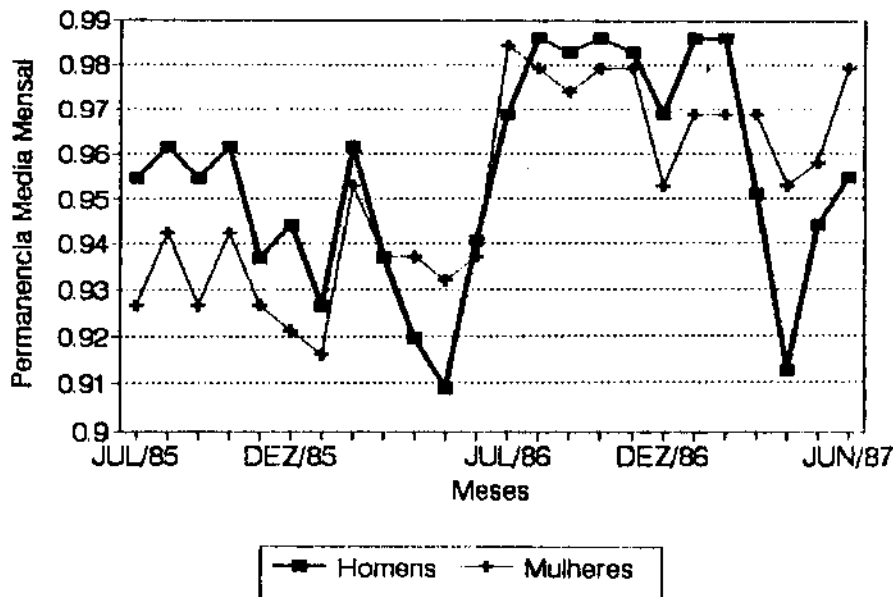
condições e oportunidades de trabalho de uma área rural de fronteira. No caso de Machadinho, ainda que em número pequeno, há casos de homens com mais de 60 anos abrindo sozinho um lote comprado. O mesmo não se verifica para as mulheres; ou tem sua própria família, ou são viúvas vivendo com algum filho.

A permanência média mês a mês para dois grupos etários – menores de 15 anos (397 casos) e 15 anos ou mais (477 casos) –, e para os adultos (15 anos ou mais) segundo o sexo, revelam a grosso modo um mesmo

(e mobilidade) dos adultos é marcada pela peculiaridade da ocupação de Machadinho e a sazonalidade agrícola tratadas anteriormente. Para o primeiro ano agrícola verificamos uma inversão: a maior permanência dos adultos nos primeiros seis meses e a dos menores de 15 anos nos seis últimos. Isto revela de forma clara o envolvimento diferenciado dos membros do grupo doméstico na abertura do lote e o importante papel atribuído aos adultos.

Já no segundo ciclo agrícola (1986/87) notamos uma semelhança

Gráfico 5
Permanência Média Mensal
Machadinho Rural – Adultos, por Sexo



muito grande entre a curva dos adultos e a de crianças e adolescentes (Gráfico 4). Os diferenciais são pequenos, havendo uma alternância entre os grupos e um certo paralelismo entre as curvas.

A mobilidade dos adultos desdobrada por sexo (Gráfico 5) demonstra uma maior mobilidade dos homens. O paralelismo entre as curvas é aqui ainda mais forte e a alternância assume uma forma quase que cíclica. Os meses com maiores oportunidades de trabalho externo (abril/maio) apresentam a menor permanência masculina e os maiores diferenciais entre as curvas.

O Gráfico 3 e a comparação entre os Gráficos 4 e 5 por um lado, não deixam dúvidas quanto ao peso da mobilidade de adultos do sexo masculino. Por outro, a relativa similaridade dos níveis de permanência média mensal acima descritos, sugere um mesmo padrão de mobilidade para grupos de

peças de um mesmo domicílio, e talvez, até mesmo de todos os seus membros. Em outras palavras, parece ocorrer mobilidade conjunta do grupo doméstico em algum grau.

Mobilidade e ocupações das áreas rurais

Por quê parte da população de Machadinho, proprietária de lotes nas áreas rurais de Rondônia, está se movendo? No item anterior descrevemos algumas das principais especificidades e seletividades desta população. Aqui tentaremos compreender estes padrões à luz do debate em torno dos temas migrações temporárias e "campesinato".

A seção está dividida em três partes. Inicialmente, discutimos de maneira bastante sintética alguns dos elementos teóricos que nos permitem inter-

pretar os movimentos populacionais em Machadinho. Em seguida procuramos traduzir estas teorias em termos das variáveis operacionais disponíveis. Ao final voltamos ao material empírico, discutindo-o frente às teorias apresentadas.

aspectos gerais

Tratar as migrações temporárias no escopo do debate mais amplo sobre o "campesinato" parece-nos importante e necessário. Examinando a bibliografia brasileira, notamos por um lado, que os trabalhos na área de migração não debatem a fundo as problemáticas pertinentes ao "campesinato". Isto reflete em parte a obstinação do demógrafo pelos grandes fluxos. Nas últimas décadas houve uma concentração de análises sobre as migração rural-urbana.

Por outro lado, a produção sobre a questão agrária não incorporou criticamente a questão migratória. Os estudos tomam a migração mais como um dado e não como tema problematizado. As poucas exceções detêm-se nos movimentos de longa duração (considerados espaço e tempo), deixando de lado as migrações temporárias (Sydenstricker, 1990).

Martins (1986), propõe uma classificação que enumera seis tipos de migrações temporárias no Brasil relacionadas ao trabalhador rural ou ao camponês: trabalhadores rurais ocupados temporariamente nas áreas urbanas, trabalhadores rurais migrando temporariamente para outras áreas rurais, bóias frias, camponeses trabalhando no sistema de peonagem na fronteira amazônica, trabalhadores em barragens e outras grandes obras e camponeses da fronteira trabalhando temporariamente em garimpos. Observamos que dois dos tipos propostos se referem à fronteira amazônica mas não contemplam plenamente toda a diversidade de situações ali encontradas.

Martins divide as migrações temporárias em cíclicas e não cíclicas, sendo que as últimas tenderiam a se transformar em movimentos de grande duração. Na prática, as tipologias criadas pelo autor para os migrantes e modalidades de migração, apesar de didáticas, são fechadas e voltadas para a compreensão dos movimentos de mais longa duração.

Na literatura internacional, há uma coletânea organizada por Standing sobre migrações circulares e processos de circulação de trabalhadores em diferentes regiões do mundo. Nesta obra são identificados três padrões básicos de migrações temporárias, relacionadas a trabalhadores rurais ou camponeses nos países em desenvolvimento (Standing, 1985).

O primeiro padrão se refere a populações dissociadas de qualquer meio de produção e que não conseguem se reproduzir socialmente na ausência da mobilidade (nômades, "hunters-and-gatherers", "shifting cultivators" e "migratory labourers").

O segundo reporta-se aos trabalhadores com posse limitada ou parcial dos meios de produção, em particular da terra. Esta categoria inclui a parcela do "campesinato" que não gera na unidade produtiva própria os meios necessários à sua reprodução, buscando na migração uma forma de viabilizá-la.

O terceiro padrão reúne os trabalhadores parcialmente integrados aos setores mais modernos da economia, mas que continuam de alguma forma trabalhando temporariamente nas áreas rurais. Esta categoria inclui, por exemplo, os "bóias frias" e outros trabalhadores temporários rurais.

Enquanto as categorias de Standing são abrangentes e abstratas e situam o migrante a partir de sua relação com os meios de produção, independentemente dos locais de residência e trabalho (urbano ou rural) e não consideram os ramos da atividade espe-

cífica exercida pelo migrante (barragens, fazendas, garimpos, etc) no local de destino, as classificações de Martins parecem mais uma listagem de situações concretas, do que uma tipologia calcada em critérios formais.

No caso de Machadinho, a migração não está necessariamente associada à atividade produtiva: a mobilidade captada pode incluir viagens para tratamentos de saúde prolongados, negócios, ou outras razões. Incluímos o conjunto da população e não apenas os economicamente ativos. Por isso mesmo utilizamos a categoria **mobilidade** para caracterizar esta ordem mais genérica de movimentos e não adotamos rigidamente nem a tipologia de Standing nem a classificação de Martins.

Mesmo assim, toda a evidência disponível indica que em termos gerais, a mobilidade da população de Machadinho está relacionada principalmente à atividade produtiva fora do local de residência. Em primeiro lugar, nos restringimos a períodos superiores a meio mês, eliminando a mobilidade de curtíssimo prazo (alguns dias apenas) típica de viagens para compras, consultas médicas, etc. Em segundo lugar, toda a informação qualitativa recolhida pelos autores deste trabalho mas não tratada neste artigo, e a nitidez da sazonalidade observada, indicam que se trata mesmo de mobilidade relacionada ao trabalho. No entanto, o registro mais interessante é que em muitas vezes quando há mobilidade, não é apenas o trabalhador que se desloca: com ele seguem outros membros do grupo doméstico.

Estes elementos nos permitem associar a mobilidade da população da região ao segundo padrão de Standing. A população estudada recebeu lotes rurais do INCRA onde passou a residir e a exercer atividades produtivas e é a partir deste contexto que a população passa a se mover, principalmente para trabalhar fora de Machadinho.

No entanto, mesmo as categorias de Standing não são suficientes quando observamos o problema mais de perto. Por serem extremamente abrangentes, acabam sugerindo uma certa linearidade dos processos, não captando a heterogeneidade e diferenciação dos diversos movimentos praticados por grupos sociais concretos.

Assim cabe perguntar, que elementos teóricos ajudam-nos a distinguir em diferentes grupos sociais ou regionais, populações com maior mobilidade de populações mais estáveis? E como pensar diferentes padrões de mobilidade e imobilidade no interior de um mesmo grupo social?

Procurando este tipo de abordagem, buscamos no debate mais geral sobre o "campeinato" de fronteira, inspiração para o nosso estudo sobre a mobilidade. Duas concepções teóricas são identificadas: a que analisa o "campeinato" sob a ótica da autonomia e aquela que se funda na sua subordinação.

Na ótica da autonomia, a migração (de longa distância) camponesa para a fronteira é interpretada como um movimento avesso à tendência geral de proletarianização. Os "camponeses" buscam na fronteira a chamada "terra de trabalho", visando reproduzir ou alcançar as unidades de subsistência nas regiões de origem. Assim, a migração para a fronteira se constitui numa estratégia de reprodução social (Abramovay, 1981; Santos, 1987 e Sydenstricker, 1990a).

Na fronteira o "camponês" busca novas bases para a reprodução de uma condição social perdida ou alcançada pelos antepassados, mas não mais vislumbrada como factível, devido ao processo de mercantilização da terra e de proletarianização no campo. No entanto, este projeto não se realiza necessariamente, uma vez que depende do processo histórico concreto e das lutas sociais em curso.

Para alguns autores, este projeto de autonomia camponesa é compreendido sobretudo como anti-capitalista. Ao lutar por sua autonomia o "camponês" estaria se contrapondo e questionando diversas formas de dominação exercidas pelo capital comercial, latifundiários e grileiros (Martins, 1975; 1979; 1980).

A segunda concepção teórica, embora não negue a existência de um ideal de autonomia por parte do "campesinato", identifica sob diversas formas, a existência de um processo crescente de subordinação do "campesinato" ao capital.

Uma destas formas é o processo de proletarização do trabalhador rural. Este processo representa diferentes envolvimento do camponês com o trabalho assalariado. Oscila desde a plena proletarização, até o trabalho externo temporário com a manutenção formal da posse de alguma terra.

Outras, são representadas pelo capital comercial. Ao organizar a produção das pequenas unidades domésticas, a subordina, interferindo nas culturas a serem formadas, na especialização em determinados ramos e na imposição de certos padrões tecnológicos.

Segundo esta concepção, mesmo na fronteira, o "campesinato" está sujeito às mais diversas formas de subordinação. A posse da terra assume apenas um caráter transitório e a constituição de reservas de mão-de-obra a partir dos contingentes migratórios surge como inexorável (Hebette & Acevedo Marin, 1982; Turchi, 1979).

Como dito antes, a questão migratória em si, não é tratada em nenhuma das visões acima. No entanto, se observarmos com mais cuidado, verificamos dois importantes elementos: 1) a mobilidade quando incorporada à reflexão da autonomia aparece quase sempre como secundária; 2) na visão da subordinação assume indiretamente um papel importante: é através da mobilidade que se viabiliza o trabalho do "camponês" numa

unidade produtiva capitalista. Nesta concepção, quanto maior o deslocamento (tempo e espaço), maior o grau de subordinação. Detalhamos estas relações a seguir.

migração e campesinato

· perspectiva da autonomia

O principal projeto do "campesinato", segundo a visão da autonomia é ocupar uma determinada terra e ali exercer a sua existência. Neste sentido, tendo recebido do INCRA um lote de terra (como em Machadinho), espera-se que a estratégia fundamental do "camponês" seja garantir esta posse abrindo o lote e exercendo a atividade de produtor rural em sua plenitude.

A mobilidade é compreendida somente enquanto estratégia acessória ou complementar. A mobilidade, quando existe, é feita fora dos momentos críticos do processo produtivo (em Machadinho: derrubada, plantio e colheita), ocorrendo provavelmente com o objetivo de gerar alguma renda adicional. A mobilidade é considerada apenas como um dos componentes da estratégia geral de sobrevivência dos "camponeses" enquanto produtores independentes (Vieira, 1987). Muito provavelmente, esta mobilidade tenderia a ser abandonada em situações de estabilidade econômica da unidade doméstica.

Assim, sob a perspectiva da autonomia os indicadores sócio-econômicos disponíveis deveriam indicar que:

- intensidade da mobilidade e sazonalidade

Para a população como um todo a intensidade da mobilidade é baixa e marcada pela sazonalidade agrícola das lavouras anuais (alimentos);

- mobilidade por renda familiar

Os grupos domésticos com maior renda acumulada se movem menos, já que podem concentrar melhor seus esforços no lote próprio;

- estratégia da mobilidade e ocupação do lote

A mobilidade não concorre com a estratégia de ocupação e trato da terra própria. Grupos domésticos de igual tamanho, mas com mobilidade diferenciada, apresentam um mesmo nível médio de implementação do lote.

- perspectiva da subordinação

Na visão da subordinação, a linha de raciocínio pressupõe que o "campônês" apesar do desejo de se consolidar enquanto produtor rural, não tem condições para tanto. A mobilidade é um imperativo para a existência do grupo doméstico. Assim, a mobilidade é elemento fundamental. Ela assume inclusive um caráter **concorrencial** em relação à estratégia de reprodução camponesa enquanto viabilizadora de produtores autônomos.

Num sistema de semi-proletarização a posse da terra é que tem caráter complementar: permite a obtenção de alguns bens de consumo a menor custo, além da terra servir como reserva de valor (Janvry, 1981).

Orientados pelos critérios da subordinação, as variáveis disponíveis na amostra deveriam indicar que:

- intensidade e sazonalidade da mobilidade

A mobilidade é intensa e marcada pela sazonalidade agrícola das lavouras permanentes (comerciais);

- mobilidade por renda familiar

Os grupos domésticos de maior renda se movem mais, uma vez que a principal fonte de renda se encontra no exterior do lote próprio;

- estratégia da mobilidade e ocupação do lote

A mobilidade concorre com a implementação do lote. Quem mais se move, menos desmata e tem menor área plantada.

mobilidade em Machadinho

Estabelecemos anteriormente, três pares de possibilidades referidos ao comportamento migratório do "campesinato" segundo as duas visões sugeridas: autonomia e subordinação. Verificaremos a seguir até que ponto estas hipóteses ocorrem no caso estudado. Apesar de nos restringirmos a uma análise univariada, podemos sintetizar as conclusões empíricas a partir dos pares de possibilidades propostos.

- intensidade e sazonalidade da mobilidade

Como podemos observar na Tabela 1, a mobilidade da população de Machadinho rural não é intensa para o conjunto da população (no período como um todo, 24 meses), embora existam grupos intensamente móveis.

Segundo os dados, 68,4% (permanência média igual a 1,00) da população não se moveu, segundo a medida utilizada, no período. Apenas 15,1% (permanência média até 0,89) da população esteve ausente por mais de 2,4 meses no período analisado, e apenas 8,1% (permanência média até 0,79) esteve ausente por mais de 4,8 meses. Este

Tabela 1
Machadinho Rural – 24 Meses
Grupos de Permanência Média
Julho/85 a Junho/87

Grupos de Permanência(*)	Número	%
0,00 a 0,79	71	8,1
0,80 a 0,89	61	7,0
0,90 a 0,99	144	16,5
1,00	598	68,4
Total	874	100,0

FONTE: Malária na Fronteira Amazônica – 1986 e 1987.

(*) Indicador de permanência média (Cf. item Dados e Medidas)

fato indica claramente que no período analisado (dois primeiros ciclos agrícolas), a mobilidade não é essencial para a maior parte da população rural. Identificamos no entanto, um grupo minoritário que se move de maneira freqüente.

Alguns elementos permitem relativizar estes dados. Como mencionamos anteriormente, a metodologia utilizada exigiu a presença dos indivíduos pesquisados em dois anos seguidos, durante o mês de julho. A probabilidade de encontrarmos os grupos de maior mobilidade nestas circunstâncias é menor.

Outro elemento importante é que o pouco tempo de ocupação e o decorrente esforço e investimento para a implantação do lote, implicam provavelmente numa maior permanência inicial. Esta menor mobilidade poderia se reduzir com o passar do tempo, quando o grupo doméstico já não precisasse construir uma casa, abrir um poço, fazer cercas, chiqueiros, etc.

De qualquer maneira, a hipótese de autonomia fica reforçada pelo baixo grau de mobilidade da população em Machadinho rural. No entanto, não se pode afirmar que o conjunto da população se oriente por este padrão, nem que ele seja predominante ao longo do tempo.

A sazonalidade encontrada (veja item Mobilidade no Contexto da Dinâmica Demográfica) está relacionada ao

ciclo agrícola dos dois tipos de plantios: culturas anuais voltadas quase que exclusivamente ao consumo doméstico e culturas perenes destinadas ao mercado. Isso se deve à compatibilidade destes ciclos entre si. O dado de sazonalidade não reforça qualquer das hipóteses apresentadas.

– mobilidade por renda familiar

Os dados disponíveis indicam que não existem diferenciais estatisticamente relevantes de mobilidade segundo a renda, medida aqui pela média de duas variáveis: "meses de consumo garantidos pelos recursos iniciais trazidos pela família quando da abertura do lote" e "número de bens duráveis presentes no domicílio rural". Os dados são apresentados na Tabela 2.

A variável "meses de consumo permitido pelos recursos iniciais" é um indicador da renda disponível antes da chegada a Machadinho. Apesar de seu enunciado pouco usual, este indicador mostrou-se mais consistente do que as variáveis monetárias clássicas por dois motivos. Primeiro, porque se adequa mais aos referenciais de "valor" adotados pelos agricultores e segundo, devido ao processo inflacionário do período que distorce significativamente os valores monetários.

Tabela 2
Média de Variáveis de Renda por Grupos de Permanência Média no Período de Julho/85 a Junho/87
Machadinho Rural – 24 Meses

Variáveis	Grupos de Permanência Média(*)			
	0 a 0,79	0,80 a 0,89	0,90 a 0,99	1,00
Meses de consumo permitido pelos recursos iniciais				
Média	4,65	3,66	4,35	3,83
Desvio Padrão	5,88	4,21	4,86	4,41
Bens de consumo durável presentes no domicílio(**)				
Média	5,62	6,66	6,05	6,12
Desvio Padrão	2,34	2,33	2,22	2,24
Número de casos	71	61	144	598

FONTE: Malária na Fronteira Amazônica – 1986 a 1987.

(*) Indicador de permanência média (Cf. item Dados e Medidas).

(**) Inclui: rádio, relógio, máquina de costura, lampião a gás, panela de pressão, filtro, geladeira, bicicleta, cavalo, carroça, carro, arma para caçar, motosserra e plantadeira.

A Tabela 2 indica que não existem diferenciais desta variável segundo o grau de permanência. Embora exista diferencial entre o extremos, no conjunto tanto aqueles que se moveram mais quanto aqueles que não se moveram, apresentam praticamente o mesmo nível de recursos (medido em meses de consumo) prévios à mobilidade.

A segunda variável, "número de bens duráveis" é também pouco usual, mas tem apresentado consistência significativa (Sawyer & Castilla, 1986). Os testes realizados indicam que a incorporação de bens ao domicílio é progressiva. Quem possui três bens, dispõe invariavelmente de panela de pressão, rádio e relógio (ou filtro). Quem tem um automóvel, possui em geral todos os demais bens listados. Aqui também, houve homogeneidade do grau de permanência segundo o número de bens.

Em síntese, nenhuma das variáveis indicativas de renda utilizadas mostra a existência de relações estatisticamente significativas com o grau de permanência.

Como indicamos anteriormente, em ambas as hipóteses (autonomia e subordinação), haveria correlação entre

o grau de permanência e a renda. No primeiro caso a relação seria direta: quem permanece mais apresenta maior renda; no segundo caso, inversa: quem permanece mais apresenta menor renda.

Assim, os resultados encontrados não reforçam nenhuma das duas hipóteses. A renda não explica adequadamente a mobilidade e este resultado mantém-se quando se controla a variável pelo tamanho da força de trabalho do grupo doméstico.

Vale observar que este resultado é bastante surpreendente à luz dos conjuntos de hipóteses sugeridos anteriormente. Provavelmente o pouco tempo de ocupação, possa em parte explicar esta ausência de diferenciais. Além disso, as medidas utilizadas indicam a renda obtida antes da chegada a Machadinho, não refletindo concretamente a renda adquirida a partir da atividade produtiva dos colonos após sua chegada. Como a população relativamente homogênea, talvez não tenha havido tempo suficiente para que diferentes estratégias de ocupação e mobilidade reflitam diferentes níveis de renda.

- estratégia da mobilidade e ocupação do lote

O mesmo não ocorre com o grau de implementação do lote. Existe forte indicação de que a mobilidade concorre em diversos níveis com a estratégia de ocupação do lote. Indicamos este elemento na Tabela 3.

comprovar, estaria reforçada a associação entre mobilidade e subordinação.

- estratégia ou estratégias?

A baixa intensidade da mobilidade em Machadinho reforça a concepção da autonomia. No entanto não podemos

Tabela 3

**Área Desmatada e Número de Sacos de Arroz Colhidos por Grupos de Permanência Média no Período de Julho/85 a Junho/87
Machadinho Rural - 24 Meses**

Variáveis	Grupos de Permanência Média(*)			
	0 a 0,79	0,80 a 0,89	0,90 a 0,99	1,00
Área desmatada entre 1985 e 87 (alqueire paulista = 2,4 ha)				
Média	2,27	2,53	3,30	3,46
Desvio Padrão	1,49	1,35	2,02	2,23
Sacos de arroz colhidos (1986)				
Média	55,21	52,37	58,49	65,86
Desvio Padrão	108,01	59,86	131,56	85,93
Número de casos	71	61	144	598

FONTE: Malária na Fronteira Amazônica - 1986 a 1987.

(*) Indicador de permanência média (Cf. item Dados e Medidas).

De fato, a mobilidade concorre com a estratégia de consolidação do lote. Os que se movem mais, desmatam em média uma área menor e colhem em média menos. Estes dados não se modificam quando controlados por tamanho do grupo doméstico.

É provável que os grupos domésticos com maior grau de mobilidade tenham que dividir o tempo em que permanecem nos lotes entre atividades agrícolas e atividades necessárias ao estabelecimento da família no lote (benfeitorias). Assim, mesmo que os ciclos agrícolas não sejam incompatíveis, a mobilidade concorre com a estratégia de consolidação do lote.

Esta constatação pode significar que a crescente mobilidade implique na gradual perda de importância do lote enquanto fonte de renda para o colono. Se isto se

ignorar a existência de uma parcela da população intensamente migrante. Para este grupo, a mobilidade efetivamente concorre com a consolidação da ocupação agrícola, elemento que seria de se esperar apenas na concepção da subordinação.

Estes fatos indicam que coexistem, dentro da mesma população, estratégias ou projetos distintos. Em outras palavras, nem as hipóteses de mobilidade derivadas de uma visão de subordinação, nem as derivadas de uma visão de autonomia, são plenamente realistas em Machadinho, se tomarmos como pressuposto que o conjunto do "campeinato" desta região deva se comportar de maneira uniforme.

Existe heterogeneidade quanto à mobilidade. Esta heterogeneidade vai possivelmente refletir diferenciais cres-

centes na implementação do lote. É provável que diferenciais quanto ao grau desta implementação venham a se refletir crescentemente na renda auferida. No período disponível para análise (início do processo de ocupação) não podemos avaliar que tendências (de autonomia ou de subordinação) serão reforçadas.

Em síntese, a diferenciação social (medida segundo a renda) não parece condicionar nem estar condicionada pelo grau de permanência. Mas tudo indica que de forma crescente o grau de permanência passe a condicionar esta diferenciação.

Conclusão

Ainda que tenhamos trabalhado apenas com algumas variáveis em uma análise univariada, os dados indicam que existem diferentes estratégias. No limite, estas estratégias podem tender para um dos pólos sugeridos, mas não necessariamente comportam-se de forma exclusiva a um dos modelos anteriormente discutidos.

O principal registro empírico é que há grupos domésticos que permanecem em Machadinho, enquanto outros apresentam uma mobilidade às vezes bastante intensa.

Num certo sentido, do ponto de vista da questão da mobilidade não existe exatamente uma contradição entre autonomia e subordinação, mas uma espécie de interação dinâmica. Em outras palavras, grupos domésticos e "camponeses" isoladamente podem transitar entre momentos de maior autonomia para situações de uma sujeição crescente e, eventualmente, fazer o movimento inverso. Os momentos de mudança são ditados pelas situações concretas de uma dada situação histórica. A qualidade e a intensidade dos movimentos migratórios temporários, podem ser tomados como uma espécie de indicador da predominância, ou não, de cada uma destas perspectivas.

Dentro de um recorte antropológico, é possível postular a existência de contra-

dições entre estratégias no interior de uma mesma unidade doméstica. Elas se apresentariam ao nível da conduta prática e das representações simbólicas, revelando o jogo e o confronto entre demandas individuais e coletivas. Infelizmente estes temas tão instigantes não podem ser abordados no âmbito deste trabalho.

Os resultados que indicam a clara concorrência entre a mobilidade e a consolidação da unidade produtiva rural representam uma constatação importante do ponto de vista da teoria das migrações. Quem migra mais, desmata menos e colhe menos; quanto maior a intensidade da mobilidade, menor a consolidação do lote rural. Este resultado esvazia em termos gerais a idéia da mobilidade enquanto estratégia de sobrevivência da unidade produtiva. Isto não implica obrigatoriamente, que os "camponeses" que não se movem assumam esta estratégia como irrelevante ou mesmo inexistente. De qualquer maneira, este resultado reafirma uma posição já apontada na literatura:

"Nem sempre a mobilidade de membros da família funciona como parte da estratégia de "reprodução" da unidade familiar enquanto unidade produtiva, podendo até concorrer com dita estratégia e, no limite, inviabilizá-la" (Musumeci, 1988: 261).

A observação de Musumeci indica que a categoria estratégia de sobrevivência nem sempre é suficiente para definir o comportamento migratório de um grupo doméstico formado por agricultores e, muito menos, o de uma classe social.

Assumir que a mobilidade não responde necessariamente aos objetivos da chamada estratégia de reprodução camponesa, não implica em negar a sua existência. Significa sobretudo que não se trata de uma estratégia geral e unitária de uma determinada classe social; significa que esta estratégia coexiste com outras práticas dentro de um processo histórico concreto de transformação social, onde heterogeneidade e diferenciação são elementos intrínsecos.

NOTAS

- (1) A mobilidade aqui não é tomada segundo o conceito clássico de mobilidade da força de trabalho (Gaudemar, 1977). Entendemos por mobilidade os deslocamentos individuais de curto prazo sem alteração do domicílio permanente e que envolvam ausências superiores a 15 dias, independentemente da finalidade deste deslocamento.
- (2) "Campesinato" é utilizado em sentido amplo. Não configura portanto, adoção de posição restrita quanto ao debate sobre a natureza do campesinato brasileiro, nem de uma visão inexorável quanto a sua continuidade ou desaparecimento.
- (3) A pesquisa-survey foi realizada por pesquisadores do CEDEPLAR-UFGM sob a coordenação dos professores Donald Sawyer e Diana Oya Sawyer (Sawyer & Sawyer, 1987).
- (4) O Gráfico 1, assim como os Gráficos 2, 3 e 4 referem-se a toda população estudada (874 indivíduos).
- (5) A definição de residência urbana ou rural foi dada pelo próprio entrevistado. No entanto, dados para o conjunto dos chefes de domicílio pesquisados em 1987 (835 indivíduos), revelam que dos 66,4% dos chefes residentes por mais de um ano em contextos urbanos, 27,6% residiram em regiões metropolitanas, 20,9% em cidades com mais de 100.000 habitantes, 6,5% em cidades de 50.000 a 100.000 habitantes, 42,8% em cidades com menos de 50.000 habitantes e 2,2% não informaram (tamanho das cidades segundo o Censo 80) (Torres, 1988:494).

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo - 1981. **Transformações na vida camponesa: o Sudoeste do Paraná**. São Paulo, FFLCH-USP (Dissertação de Mestrado), 274p.
- GARCIA JR., Afrânio R. - 1989. **O sul: caminho do roçado**. São Paulo, Editora Marco Zero/Editora Universidade de Brasília/MCT-CNPq, 285p.
- GAUDEMAR, Jean P. - 1977. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa, Estampa.
- GOZA, Franklin & RIOS NETO, Eduardo - 1988. O contraste de experiências migratórias em quatro municípios do vale do Jequitinhonha. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Olinda, ABEP, Vol. 2, pp. 503-536.
- HEBETTE, Jean & ACEVEDO MARIN, Rosa - 1982. **O estado e a reprodução social: Ariquemes Rondônia**. Belém, NAEA/UFPa, (Seminários e Debates 9), 73p.
- JANVRY, Alain de - 1981. **The agrarian question and reformism in Latin America**. Baltimore, John Hopkins University Press, 311p.
- MARTINS, José de Souza - 1975. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, p.43-50.
- _____ - 1979. **O cativo da terra**. São Paulo, Livraria e Editora de Ciências Humanas, 157p.
- _____ - 1980. **Expropriação e violência: a questão política campo**. São Paulo, Hucitec, 181p.
- _____ - 1986. El vuelo de las golondrinas: migraciones temporarias em Brasil. In: REBORATTI, Carlos (ed.) **Se fue a volver: seminario sobre migraciones temporales en América Latina**. Mexico, PISPAL p.183-207.
- MUSUMECI, Leonarda - 1988. **O mito da terra liberta**. São Paulo, Vértice/ANPOCS, 419p.
- REGO, Rubem M. L. - 1979. **Terra de violência: estudo sobre as lutas pela terra no sudoeste do Paraná**. São

- Paulo, FFLCH/USP (Dissertação de Mestrado), 138p.
- SANTOS, José V. Tavares dos – 1987. **Matuchos: o processo de colonização agrícola**. XI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) Grupo de Trabalho Estado e Agricultura. Águas de São Pedro, 10p.
- SAWYER, Donald – 1989. **Migração na Amazônia: bibliografia comentada**. Belo Horizonte, GEA/UFMG, (mimeo) 131p.
- SAWYER, Diana O. & CASTILLA, Rogelio B. F. – 1986. **Socio-economic and environmental differentials affecting malaria in an Amazon frontier area**. Manila, Meeting on the Economics of Tropical Disease, 37p.
- SAWYER, Donald R. & SAWYER, Diana O. – 1987. **Malaria on the Amazon frontier: economic and social aspects of transmission and control**. Relatório de Pesquisa, Belo Horizonte, CEDEPLAR-UFMG, 84p.
- SILVA, Sérgio – 1976. Agricultura e capitalismo no Brasil. São Paulo, *Contexto*, 1: 23-32.
- SKELDON, Ronald – 1990. **Population Mobility in developing countries**. London, Belhaven Press, 273p.
- STANDING, Guy (ed.) – 1985. **Labour circulation and labour process**. Londres, Croom Helm, 416p.
- SYDENSTRICKER, John M. – 1990a. Família, fecundidade e as estratégias de assentamento em Rondônia: um estudo de caso. **TEXTOS NEPO 18**. Campinas, UNICAMP, 96p.
- _____ – 1990b. **O Processo de colonização de Rondônia: Projeto de Assentamento Machadinho**. Campinas, IFCH-UNICAMP (Projeto de Dissertação de Mestrado), 20p.
- TORRES, Haroldo G. – 1987. Desistência e substituição de colonos em projetos de colonização em Rondônia: um estudo de caso. Rio Branco, (Trabalho apresentado no Encontro Regional do PIPSA/Amazônia), 41p.
- _____ – 1988. A urbanização e o migrante de origem urbana na Amazônia. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Olinda, ABEP, Vol. 2, pp. 483-501.
- TURCHI, Lenita M. – 1979. **Colonização dirigida: estratégia de acumulação e legitimação de um estado autoritário**. Brasília, ICH/UnB (Dissertação de Mestrado), 174p.
- VIEIRA, Maria Antonieta C. – 1987. **A venda da terra do ponto de vista dos lavradores: a venda como estratégia**. Rio Branco, (Trabalho apresentado no Encontro Regional do PIPSA/Amazônia), 64p.

RESUMO – Mobilidade de migrantes: Autonomia ou subordinação na Amazônia legal? Este artigo analisa a mobilidade da população assentada em uma área rural do Estado de Rondônia: Projeto de Assentamento Machadinho. A mobilidade mensal é examinada ao longo de 24 meses (julho/85 a junho/87) através de um indicador denominado permanência média. A mobilidade é abordada segundo variáveis demográficas gerais como sexo, idade e experiência migratória. Apesar dos níveis relativamente baixos de mobilidade, os diferenciais encontrados espelham as condições em que se deu a ocupação de Machadinho e a sazonalidade do ciclo agrícola regional. Os padrões de mobilidade são examinados à luz dos debates mais recentes sobre o "campesinato" no Brasil e na fronteira. Discutimos a existência, dentro de uma mesma população, de diferentes estratégias ou projetos distintos, configurando uma espécie de interação dinâmica entre autonomia e subordinação.

ABSTRACT – Mobility of migrants: Autonomy or subordination in the Amazon region?

This article focuses the mobility of the population settled in a Rural area of the State of Rondônia: the Machadinho Settlement Project. The monthly mobility is examined during a period of 24 months (July/85 to June/87) through an average permanency index. Mobility is analyzed according to general demographic variables as sex, age and migratory experience. In spite of the relatively low levels of mobility, the differentials that arise reflect the conditions under which the occupation of Machadinho occurred and the seasonality of the regional agricultural cycle. Mobility patterns are examined in relation to the most recent debates on the "peasantry" in Brazil and on the frontier. The existence of different strategies or distinctive projects within the same population is discussed, establishing a type of dynamic interaction between autonomy and subordination.

Recebido para publicação em 29/07/91.

Aprovado para publicação em 06/12/91.

Sumário	
Apresentação <i>Editor</i>	
ARTIGOS	
O Quilombo do Catucá em Pernambuco <i>Marcus Joaquim M. de Carvalho</i>	5
Trabalho e saúde no Pólo Industrial de Camaçari <i>Tânia Maria de Almeida Franco</i>	27
A hipótese da convergência: uma ilusão de ótica <i>Guaraci Adeodato Alves de Souza</i>	47
Marx, indivíduo e subjetividade <i>José Crisóstomo de Souza</i>	70
COMUNICAÇÕES E DEBATES	
Três debates exemplares sobre questões agrárias na América Latina <i>Hélène Rivière D'Arc</i>	91
A metáfora teatral e a arte de viver em sociedade <i>Armando Jorge Bião</i>	104
FONTES	
Fontes para a história da morte na Bahia do Século XIX <i>João José Reis</i>	111
RESENHA	
Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da <i>Belle Époque</i> , de M. A. Esteves <i>Maria Amélia Ferreira de Almeida</i>	123
Abstracts	
Publicação do CRH	

15

CADERNO CRH

JULHO-DEZEMBRO
1991